

O Movimento Militar de Novembro de 1955

Rubens Bayma Denys*

Credenciado como filho e, na ocasião, ajudante-de-ordens do líder do movimento militar de novembro de 1955, o autor apresenta, neste artigo, seu testemunho e sua interpretação do desenvolvimento dos fatos ocorridos em fase delicada da vida nacional.

Os acontecimentos militares de novembro de 1955 estão inseridos em um período muito conturbado de nossa história política recente, agitado por vários eventos de caráter político-militar, e mesclado de disputas partidárias e ideológicas, que se inicia em 1922 e se encerra em 1964.

É o denominado *ciclo revolucionário brasileiro* que encerrou a *Velha República*, do poder político do *café com leite*, dos *coronéis* chefes políticos das áreas rurais e dos resultados de eleições forjados a bico de pena. Ele implantou o *Estado Novo*, modernizou as estruturas políticas, econômicas e sociais do País,

criando as bases para a sua industrialização e o seu desenvolvimento, que barrou as investidas de comunicação do País e seu alinhamento com o bloco soviético, durante a Guerra Fria, e, finalmente, com a instalação dos governos militares, a partir de 1964, proporcionou uma base econômica razoável ao País e possibilitou o surgimento, no seio da sociedade brasileira, de uma massa crítica política e socialmente capaz de estabelecer uma democracia mais representativa e estável.

O ano de 1955 chegava ao seu final. O Sr. Juscelino Kubitschek havia sido eleito Presidente da República, após agitada campanha eleitoral, que trazia ainda as amargas lembranças do suicídio de Getúlio Vargas e os

conflitos resultantes dos acontecimentos de agosto de 1954. As disputas pós-eleitorais criavam um clima de apreensão com relação à posse do presidente eleito.

O mês de novembro daquele ano veio a ser marcado por um movimento político-militar que se caracterizou pelos impedimentos de dois chefes de governo para o exercício do cargo: no dia 11, o Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados, que exercia, interinamente, a Presidência da República, em face do afastamento, por questão de saúde, do Sr. Café Filho, que a assumira desde a morte de Vargas e, no dia 22, o próprio Café Filho que, após ter tido alta hospitalar, se preparava para reassumir o cargo.

* General-de-Exército.

Os acontecimentos militares de novembro de 1955 teve, como consequência imediata, a instauração de um quadro político-militar que assegurou a posse de Juscelino Kubitschek e proporcionou a este, posteriormente, condições de sustentar a estabilidade institucional durante todo o seu governo, inibindo e debelando, com firmeza, várias quarteladas.

Sabe-se que as motivações que precederam e se seguiram aos acontecimentos referidos estavam impregnadas de disputas políticas, de caráter partidário e ideológico radical, como amplamente noticiado à época. No entanto, a grande motivação para sua eclosão foi de caráter preponderantemente militar.

Um discurso do Coronel Mamede, por ocasião do enterro de um ilustre chefe militar, o General-de-Exército Canrobert Pereira da Costa, foi considerado, pelo **6** Ministro da Guerra, General Henrique Lott, um ato de indisciplina a ser punido. O fato provocou a questão militar, que envolveu essa autoridade e seus colegas das pastas militares, o Pre-

1. Atual Comando Militar do Leste (CML).

sidente Café Filho e o Deputado Carlos Luz. Seu desfecho, que culminou com a exoneração do Ministro da Guerra, foi considerado uma ofensa grave ao Exército, ao atingi-lo na pessoa do seu ministro e dos princípios da disciplina e da hierarquia, não acatados pelo Presidente em exercício, que os preteriu para atender a um manobra política.

A necessidade de desagravar o Exército e fazer prevalecer o acatamento aos princípios basilares da instituição militar – a disciplina e a hierarquia – foi realmente a verdadeira razão para a decisão, firme e coesa, de destituir o Deputado Carlos Luz da chefia do governo, tomada pelos generais da Zona Militar do Leste (ZML),¹ sob a autêntica liderança do seu comandante, o então General Odylio Denys.

Por sua vez, as ações político-militares que culminariam com o impedimento do Sr. Café Filho de reassumir a chefia do governo, em 22 de novembro, foram uma óbvia consequência da decisão tomada por esses generais na madrugada de 11 de novembro.

As circunstâncias que envolveram a demissão do General Lott, chefe militar

respeitado e honrado, do cargo de Ministro da Guerra, com os noticiários das rádios e imprensa explorando perigosamente os acontecimentos, levariam à suposição de existência, no núcleo do governo do Palácio do Catete, de um grupo de pessoas cujos interesses políticos partidários prevaleciam sobre quaisquer possíveis consequências que o desfecho da questão militar pudesse trazer ao Exército.

O Sr. Café Filho afastara-se da chefia do Governo no dia 9 de novembro, por conselho de seu médico, a fim de prevenir um distúrbio cardiovascular, durante oito dias. Ele se mantivera insensível às insistentes solicitações do seu Ministro da Guerra, perigosamente exploradas pelo rádio e pela imprensa.

A essa demora em ser dada solução à questão militar criada, some-se a demissão do Ministro da Guerra, pelo Deputado Carlos Luz, nas circunstâncias em que ela ocorreu, considerada ofensa grave ao Exército.

Em razão desses fatos, a volta do Sr. Café Filho à chefia do Governo seria considerada um retorno ao quadro político governamental anterior ao Movimento de 11

de Novembro. Com ele, voltariam ao governo aqueles que manobraram para afastar o General Lott da pasta da guerra, por evidentes interesses políticos. E, com tal retorno, obviamente não concordariam os generais responsáveis pela deflagração do movimento, pois certamente haveriam de ser alvos de retalhações.

Anos mais tarde, já na década de 80, em conversa pessoal que tive com o Dr. José Monteiro de Castro, que foi Chefe do Gabinete Civil do governo Café Filho, perguntei-lhe qual foi o grupo político e quais os propósitos que o levaram a empenhar-se pela demissão do General Lott da pasta da guerra. Ele me respondeu ter sido um grupo de Minas Gerais contrário a Juscelino Kubitschek, que não queria vê-lo assumir a Presidência da República.

O estreito relacionamento da eclosão do Movimento de Novembro de 1955 com as correntes políticas favoráveis à posse de Juscelino, dentre as quais se destacavam grupos de militares esquerdistas bastante atuantes, deveu-se ao apoio imediato e ao alarde que esses últimos fizeram em prol daqueles *acontecimen-*

tos. Um desses grupos iniciara a publicação, no vespertino *Última Hora*, do Rio de Janeiro, de uma série de artigos, sob o título *Frente de Novembro*, de autoria do Coronel Nemo Canabarro Lucas, militar da reserva do Exército, com o propósito de dar apoio público às referidas ações político-militares e àqueles que as conduziram. Foi essa *Frente* que, no ano seguinte (1956), homenagearia o General Henrique Lott, então Ministro da Guerra, com a oferta de uma espada de ouro. Tal fato trouxe muito constrangimento para a maioria do quadro de oficiais do Exército que participara e apoiara o Movimento sem as conotações ideológicas de esquerda que lhe queriam dar.

OS ACONTECIMENTOS MILITARES

O planejamento para a manutenção da ordem legal e das instituições

Em março de 1955, havia, nos meios militares do Rio de Janeiro, ainda Capital Federal, um clima de apreensão político-militar resultante do desfecho da grave crise que sacudiu o País e que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas. De outro

lado, a disputa eleitoral servia para agravar esse clima de apreensão. Ela, que se antevia acirrada, certamente envolveria as Forças Armadas, dada a presença do General-de-Exército Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar de Café Filho, entre os principais concorrentes à Presidência da República. Ele era apoiado pelo grupo político que estava no poder e que havia confrontado o governo Vargas até a sua queda. Seu principal oponente era Juscelino Kubitschek, ex-Governador de Minas Gerais e candidato da corrente partidária que apoiava Vargas.

O Comandante da ZML, prevendo a possibilidade da eclosão de uma grave crise político-militar no decorrer daquele ano, julgou necessária a elaboração de um plano de emprego emergencial de suas tropas, de forma a lhe possibilitar, como comandante de área e de guarnição, assegurar o respeito e o livre exercício das instituições, da lei e da ordem, na área de jurisdição do seu comando e, muito particularmente, na Capital Federal.

O planejamento deveria fundamentar-se em um quadro hipotético de eclosão de grave crise político-militar,

provocada por expressivas lideranças civis e militares com o propósito de reverter a ordem legal e institucional, envolvendo significativas parcelas dos quadros e das tropas da Marinha, da Aeronáutica e, também, do Exército. Segundo orientação pessoal do General Denys, o planejamento deveria ter, entre os seus objetivos operacionais na Capital Federal, a neutralização de possíveis ações em força da parte de organizações militares das três Armas, e o controle dos Correios e Telégrafos, da Companhia Telefônica, da Repartição Central de Polícia, do Comando Geral da Polícia Militar etc... Entre as recomendações feitas, uma referia-se à necessidade de rapidez no desencadeamento das ações militares, para a obtenção da surpresa. Outra, dizia respeito à constituição de *Destacamentos*, cada qual sob o comando de um oficial-general e organizados com unidades de tropas, não necessariamente pertencentes ao mesmo regimento ou à mesma grande-unidade, de forma a prevenir o surgimento de possíveis focos de reação às ordens emanadas na cadeia de comando.

Em face da sensibilidade política e militar inerentes a

um tal planejamento, o mesmo foi elaborado no mais absoluto sigilo no âmbito do Estado-Maior Pessoal do Comandante Militar do Leste. O Tenente-Coronel Humberto de Souza Melo, assistente-secretário, redigiu os textos do plano básico e das ordens aos executantes – as grandes unidades e unidades diretamente subordinadas – e dos *Destacamentos* que elas constituiriam. O Capitão Rubens Bayma Denys, ajudante-de-ordens, datilografou os referidos textos e envelopou-os por destinatário, incluindo endereços e telefones domiciliares de todos os comandantes e principais oficiais superiores envolvidos. Não fosse a imperiosa necessidade de absoluto sigilo, esse planejamento seria tratado no âmbito do Estado-Maior Geral, como o foi sua execução, após o desencadeamento das ações, no dia 11 de novembro.

Em maio de 1955, o plano básico com as ordens consequentes já estava pronto para ser distribuído aos generais comandantes, inclusive com as instruções necessárias a lhes facilitar a organização e o emprego com rapidez dos *Destacamentos* que lhes fossem designados

para comandar. Dessa forma, quando eclodiu a crise político-militar, o Comandante da Zona Militar do Leste dispunha do necessário planejamento para fazer face à situação.

A crise político-militar

A crise em questão teve início em 1º de novembro, como já referido, com um discurso feito pelo então Coronel Jurandyr de Bizarria Mamede, oficial muito conceituado, servindo na Escola Superior de Guerra (ESG), por ocasião do sepultamento do General-de-Exército Canrobert Pereira da Costa. O discurso, cujos termos, conceitos e oportunidades foram julgados pelo Ministro da Guerra, General Lott, presente à cerimônia, como ofensivo à disciplina militar, já era esperado pela oficialidade da Capital Federal. Tanto assim, que o Comandante da Zona Militar do Leste, a caminho do Cemitério do Caju, preferiu retornar ao seu gabinete, argumentando que não gostaria de estar presente a um ato no qual a disciplina militar fosse agravada publicamente.

O Ministro da Guerra, ainda no local, transmitiu o

seu pensamento às autoridades a que o referido coronel estava transitoriamente subordinado, para que o mesmo fosse punido disciplinarmente. Puseram-se contra a medida tanto o Comandante da ESG, Vice-Almirante Ernesto Araújo, como o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Major-Brigadeiro-do-Ar Gervásio Duncan. Transferiu-se pois a decisão para o próprio Presidente da República, Sr. João Café Filho que, não obstante as insistentes solicitações do seu Ministro da Guerra, não a tomou até o dia 9 de novembro, dia em que se afastou da chefia do governo.

A questão arrastara-se, portanto, demasiadamente sem uma solução, criando um clima de grande apreensão nos meios militares quanto ao seu desfecho, que vinha sendo explorado em suas graves repercussões nos meios políticos e militares. Finalmente, em 9 de novembro, logo após o Depu-

tado Carlos Luz assumir interinamente a chefia do Governo, foi anunciado, pela imprensa, que a decisão para o caso disciplinar do Coronel Mamede seria dada no dia seguinte, por ocasião da audiência que o Ministro da Guerra teria com o Presidente em exercício, prevista para às 17:00 horas.

Essa audiência foi motivo de grande repercussão, através dos noticiários das rádios, por ser tão esperada e envolver uma questão que vinham sendo muito explorada politicamente. Seguidamente, vinha a público insistentes informativos sobre a longa espera do Ministro da Guerra na ante-sala do gabinete presidencial, enquanto várias audiências eram concedidas, inclusive ao General-de-Exército Álvaro Fiúza de Castro, já na reserva, que teria sido convidado a assumir a pasta da guerra. Após cerca de uma hora e quarenta minutos de espera, o General Lott foi recebido pelo Sr. Carlos Luz que, em curta audiência, declarou-lhe que não determinaria a exoneração do Coronel Mamede das funções que exercia na Escola Superior de Guerra e que o assunto seria dado por encerrado. Em consequência, como já era esperado, o

General Lott pediu demissão do cargo, no que foi aceito imediatamente pelo Presidente em exercício, que lhe deu conhecimento do nome do seu substituto, já presente no Palácio.

O Comandante da Zona Militar Leste, na residência oficial, tomava conhecimento do desenrolar dos acontecimentos pelos noticiários. E, ao perceber que se vislumbrava a eclosão de uma grave crise político-militar, resolveu determinar a entrada em prontidão das unidades de tropas de São Cristóvão e da Tijuca.²

Pouco mais tarde, quando o Ministro da Guerra exonerado retornou da audiência presidencial, o General Denys foi-lhe ao encontro, na residência ao lado,³ para informar-se pessoalmente dos fatos ocorridos durante a audiência presidencial. O General Lott, ao prestar-lhe as informações já do conhecimento público, disse-lhe ter acertado com o General Fiúza da Castro a passagem do cargo para o dia seguinte, às 15:00 horas. Antes de retirar-se, o Comandante da ZML perguntou-lhe se teria ainda alguma ordem ou recomendação a transmitir, ao que ele respondeu não ter nem uma nem outra.

2. Batalhão de Guardas, Regimento de Cavalaria de Guardas, 2º Batalhão de Infantaria Blindado, 1º Grupo de Artilharia Antiaérea 40mm e Batalhão de Polícia do Exército.

3. As residências oficiais de ambos eram vizinhas, na área do Palácio Laguna, próxima ao Estádio do Maracanã.

A reunião na residência do Comandante da ZML

Ao retornar, o General Denys determinou a convocação imediata de todos os oficiais-generais sob seu comando em serviço na Capital Federal, para uma reunião na residência oficial, ainda àquela noite. Julgava ser conveniente avaliar, juntamente com os seus comandados diretos, a situação do quadro político-militar criado. E, se necessário, adotar uma linha de ação a ser seguida pelas tropas do Rio de Janeiro, que contasse com a posterior solidariedade dos demais chefes, oficiais e guarnições do Exército, aos quais a urgência dos acontecimentos não permitiria prévia consulta. A série de procedimentos, concatenados e sucessivos, que culminou com a exoneração do General Lott evidenciava, da parte do eventual detentor do Poder Executivo, a deliberada intenção de enfraquecer a disciplina das Forças Armadas e propósitos de servir a interesses contrários à ordem institucional, com ostensivo menoscabo à dignidade do Exército, ferida na pessoa do seu Ministro.

Dessa reunião, realizada a portas fechadas, parti-

ciparam os seguintes generais: General-de-Divisão Antonio de Lima Câmara, Comandante da 1ª Região Militar; General-de-Divisão Manoel de Azambuja Brilhante, Comandante da 1ª Divisão de Infantaria; General-de-Brigada Oswaldo de Araújo Motta, Chefe do Estado-Maior da Zona Militar do Leste; General-de-Brigada João de Segadas Viana, Comandante do Núcleo da Divisão Blindada; General-de-Brigada Augusto Frederico Correia Lima, Comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar; General-de-Brigada Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria; General-de-Brigada Djalma Dias Ribeiro, Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre; General-de-Brigada José Theóphilo de Arruda, Comandante do Grupamento de Unidades Escolas, e General-de-Brigada Nilo Horácio de Oliveira Sucupira, Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria.

No intervalo entre a convocação dos oficiais-generais e o início da reunião, o então Tenente-Coronel Antonio Luiz de Barros

Nunes (Cacáu), na condição de assistente do Ministro da Guerra nomeado, compareceu à residência do General Denys para convidá-lo, em nome daquela autoridade, a permanecer no comando da Zona Militar do Leste. Ao ter ciência do convite, o General Denys disse-lhe que iria pensar a respeito e mais tarde daria pessoalmente uma resposta ao General Fiúza de Castro.

Durante toda a permanência na residência do Comandante da ZML, o Tenente-Coronel Barros Nunes, que fora recebido pelo então Major Roberto Bayma Denys, não chegou a tomar conhecimento da reunião convocada, embora os oficiais-generais já estivessem chegando e se dirigindo para outra dependência da casa. Ao ser indagado, pelo Major Denys, se não temia alguma reação militar, em face das circunstâncias da exoneração do General Lott, respondeu-lhe que não, pois a situação já se encontrava sob controle.

A reunião com os oficiais-generais começara em torno das 22:00 horas, com a presença da maioria dos generais convocados. Cerca de 23:30 horas, após as trocas de opiniões iniciais, o

General Denys julgou necessária sua ida à residência do General Fiúza de Castro, a fim de ajuizar das intenções do Governo, levar-lhe as preocupações dos oficiais-generais reunidos em sua residência com os possíveis desdobramentos futuros do quadro político-militar, e dar-lhe resposta ao convite recebido.

Na conversa com o General Fiúza de Castro, o General Denys informou sobre a reunião com os oficiais-generais, à qual aguardava também a presença do General Falconière, que desejava informar-se da marcha dos acontecimentos. Disse-lhe das preocupações de seus comandados e que gostaria de ouvir dele, como Ministro da Guerra nomeado, qual a sua posição sobre o possível retorno do Coronel Mamede ao Exército, para aplicação da punição disciplinar no âmbito da Força, e qual a orientação geral do Governo, com relação ao quadro político sucessório. Em resposta, o General Fiúza disse-lhe que, sobre o caso do Coronel Mamede, só ao Presidente em exercício caberia decidir e, quanto à orientação geral do Governo, esta só poderia depender do pensamento do Sr. Carlos Luz.

Ao se retirar, o General Denys agradeceu-lhe o convite para permanecer no comando da Zona Militar do Leste, dizendo-lhe que não poderia aceitá-lo naquelas circunstâncias e que iria retornar à reunião e informar aos oficiais-generais sobre o teor da conversa que tiveram.

Retornando à residência, onde já estava presente o General Falconière, o General Denys deu conhecimento aos presentes das declarações do Ministro da Guerra nomeado, a respeito das questões em discussão. Tais declarações foram julgadas demasiadamente insatisfatórias.

Retomada pelos presentes a apreciação dos acontecimentos e fatos motivadores da reunião, acompanhada do exame de informações do conhecimento de cada um dos presentes, foram-se esboçando três possíveis soluções. A primeira, mais sua-sória, se resumiria no imediato pedido de exoneração de suas funções, por parte de todos os generais ali presentes, como demonstração de solidariedade ao Ministro da Guerra demissionário. A Segunda constaria de um sério apelo a ser feito ao Governo, com uma prévia reunião da tropa em seus

quartéis, pronta para um emprego eventual. A terceira, resultaria em dirigirem-se, os generais, imediatamente aos seus postos de comando, inclusive o General Falconière que viera de São Paulo. Determinar-se-ia prontidão e ordem de marcha para as unidades militares e proceder-se-ia, desde o amanhecer, a uma forte ocupação dos pontos-chave da Capital Federal, após o que seria declarada a impossibilidade de ficar o Exército sob as ordens do Sr. Carlos Luz.

A última solução foi a escolhida, por unanimidade. Era, sem dúvida, a que se apresentava como a de resultados mais positivos e definitivos, sem probabilidade de reversão, e certamente incruentos, sem derramamento de sangue, afastando qualquer possibilidade de reações armadas eficientes, ou mesmo quarteladas.

Convém registrar que, logo após a exoneração do General Lott da pasta da guerra, iniciou-se uma grande agitação no seio da oficialidade do Exército, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que acontecia a reunião na residência oficial do Comandante da Zona Militar do Leste, ocorria uma outra, na casa do General Zenóbio

da Costa, então Inspetor Geral do Exército, da qual participaram muitos oficiais superiores, sendo que pelo menos dois estavam no comando de unidades de tropa. A grande maioria desses oficiais eram ligados ao então denominado *Movimento Militar Constitucionalista* – MMC, que se dizia de ideologia nacionalista. Essa reunião foi importante para caracterizar o descontentamento no seio da oficialidade do Exército, ainda que não se viesse a ter condições para determinar a eclosão de um efetivo movimento de reação militar contra o Governo.

O Coronel Felisberto Batista Teixeira, um dos oficiais integrantes do MMC, sabendo da reunião na residência do Comandante da Zona Militar do Leste, lá compareceu para informar-se do seu andamento. E, ao perceber a importância que ela assumira, em face da presença de todos os oficiais-generais da Capital Federal, e também do General Falconière, Comandante da Zona Militar do Centro, com sede em São Paulo, imediatamente telefonou para a residência do General Zenóbio da Costa e disse ao seu interlocutor que *a reunião era quente*, da qual

poderia *surgir uma reação militar contra o Governo*. Tal observação esvaziou toda e qualquer reunião de grupos de militares descontentes, das quais pudessem resultar quarteladas ou reações isoladas.

Era do conhecimento dos generais presentes à reunião na residência do Comandante da ZML, a movimentação na residência do General Zenóbio. Dessa forma, estavam conscientes de que a decisão a tomar deveria inibir a ocorrência de tais quarteladas e reações armadas desarticuladas e ineficientes.

E foi o que ocorreu. A solução adotada, refletindo uma decisão tomada pelos próprios chefes militares, no âmbito da estrutura de comando da Zona Militar do Leste, e que contou desde o início com o irrestrito apoio do Comandante da Zona Militar do Centro (General Falconière), receberia em seguida a solidariedade dos demais chefes e comandantes em todas as guardiões do Exército.

É oportuno registrar também o grande número de oficiais da Aeronáutica que acorreram ao Quartel-General da Zona Militar do Leste, ainda na manhã do dia 11 de novembro, para acom-

panhar de perto a evolução dos acontecimentos e, certamente, poder vir a participar das ações no âmbito da Força Aérea.

Ações político-militares da 1ª fase – Impedimento do Deputado Carlos Luz

Cerca das 02:00 horas da madrugada de 11 de novembro, a reunião foi encerrada. Imediatamente, ao se retirar, cada oficial-general recebeu, do ajudante-de-ordens do Comandante da Zona Militar do Leste, um envelope com as ordens para as respectivas grandes-unidades e as instruções relativas à organização e ao emprego dos *Destacamentos* que deveriam comandar em situação de emergência.

Com o som das buzinas e dos motores de automóveis sendo acionados na hora da saída dos presentes à reunião, o General Lott tomou conhecimento da movimentação na casa ao lado e procurou o General Denys, através de um telefone de campanha que ligava as duas residências, para saber do que se tratava. Ao ser informado sobre a reunião dos generais da Zona Militar do Leste, com a presença do General Falconière, e da

decisão tomada, o General Lott hipotecou-lhe a sua solidariedade. O General Denys disse-lhe, então, que não se preocupasse mais com a passagem do cargo de ministro, pois os generais já estavam se dirigindo para os seus quartéis-generais e, logo, as tropas estariam nas ruas. Em seguida, convidou-o para se dirigir com ele, juntamente com o General Faltonière, ao Ministério da Guerra,⁴ a fim de acompanhar as operações militares em curso e dar andamento aos acertos e às medidas necessárias nas esferas política e militar.

Durante o trajeto do automóvel que conduzia as autoridades citadas, um fato singular ocorreu na altura do Canal do Mangue. O Major Bayma Denys, que seguia no banco da frente, levantou uma metralhadora-de-mão, que portava consigo. O General Lott, provavelmente motivado pelo que via, fez o seguinte comentário: *Denys, estamos na ilegalidade. Este, por sua vez, teria dito: Não se preocupe, Lott, pois a ilegalidade logo estará ao nosso lado.*

Ainda naquela madrugada, no Palácio Duque de

⁴ Atual Palácio Duque de Caxias.

Caxias, estiveram com o Comandante da Zona Militar do Leste, a seu convite, o Senador Nereu Ramos, o Deputado Flores da Cunha e o Marechal Mascarenhas de Moraes, que foram colocados a par dos acontecimentos. O Senador Nereu Ramos, Presidente do Senado Federal, assumiria a Chefia do Governo, por lhe caber tal cargo pela ordem de sucessão, em face do impedimento do Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara Federal, de continuar a exercê-lo.

O Deputado Flores da Cunha, que exercia a Presidência da Câmara Federal, viria a conduzir, no Palácio Tiradentes, os trabalhos que culminaram com o impedimento do Deputado Carlos Luz.

O Marechal Mascarenhas de Moraes receberia a incumbência de ir ao Palácio do Catete, ainda na manhã daquele dia, para buscar entendimentos com as autoridades civis e militares que lá se encontrassem, em nome do Ministro da Guerra, a fim de libertá-lo para receber o novo Governo.

O Marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-Presidente da República, cientificado pelo General Denys, por telefone,

dos fatos sucedidos durante a reunião em sua residência, solidarizou-se também com a decisão dos generais.

O Comandante da Zona Militar do Leste determinou ainda que fossem feitas ligações telefônicas com o Comandante da 4^a Região Militar, General Cyro do Espírito Santo Cardoso, em Juiz de Fora (MG), e com o General Nelson de Mello, no Comando da Infantaria Divisionária da 5^a Região Militar, em Ponta Grossa (PR), para informá-los sobre os acontecimentos e as medidas que deveriam adotar no âmbito dos respectivos comandos. Para executar essas tarefas com maior rapidez, já que as ligações telefônicas eram muito precárias naquela época, o Capitão Rubens Bayma Denys dirigiu-se à Repartição Central dos Correios e Telégrafos, onde assumiu temporariamente o controle de todo o sistema de radiotelegrafia do local.

As operações militares tiveram início ainda de madrugada, após a necessária concentração das tropas nos quartéis e, já ao amanhecer do dia 11 de novembro, as vanguardas dos vários *Destacamentos*, com constituição e missão prevista para o emprego emergencial, esta-

vam se posicionando em suas respectivas áreas de emprego, como planejado, a fim de manter sob o controle do Comando da Zona Militar Leste os principais pontos-chave do Distrito Federal.

O General Justino Alves Bastos teve como encargo o controle dos pontos sensíveis dentro da área central da cidade do Rio de Janeiro, desde a região do Aeroporto Santos Dumont até a Praça Mauá. O General Correia Lima ficou encarregado de controlar os situados nas áreas litorâneas da Zona Sul do Rio e de Niterói. O General Segadas Vianna conduziu as ações na direção da Ilha do Governador. O General Sucupira recebeu a missão de controlar a região de Santa Cruz. O General Djalma Dias Ribeiro teve a seu cargo o controle das regiões de Marechal Hermes e dos Afonsos. O General Arruda ficou em condições de atuar com o seu *Destacamento* em quaisquer das áreas acima, como de fato ocorreu, quando foi necessário cerrar sobre o *Destacamento* do General Sucupira, a fim de cooperar no controle da região de Santa Cruz. O General Brilhante teve o encargo de coordenar as operações na Zona Norte

da cidade, incluindo a Ilha do Governador, Vila Militar, Marechal Hermes, Afonsos e Santa Cruz. O General Lima Câmara foi investido no cargo de Interventor Federal no Distrito Federal e regiões da Baixada Fluminense e Niterói – São Gonçalo, sendo o Coronel Orlando Geisel designado Interventor na área central da cidade do Rio de Janeiro, com controle direto sobre a Repartição Central de Polícia, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e os Correios e Telégrafos.

A primeira fase do *Movimento* encerrou-se com o impedimento do Deputado Carlos Luz, no dia 12 de novembro.

Ações político-militares da 2ª fase – Impedimento do Dr. Café Filho

A Segunda fase do *Movimento Militar de Novembro de 1955* consistiria na deposição do Presidente Café Filho, no dia 22 de novembro.

Para os oficiais-generais que participaram da reunião na residência do Comandante da Zona Militar do Leste, essa segunda fase seria uma consequência natural da primeira. Era do

entendimento geral que o retorno do Sr. Café Filho à chefia do Governo significaria o restabelecimento do quadro político-militar anterior ao impedimento do Deputado Carlos Luz. E, de fato, isso vinha sendo aguardado com certa expectativa por todos aqueles, civis e militares, contrários ao *Movimento de 11 de Novembro*.

Assim, com o propósito de impedir o retorno do Sr. Café Filho à Presidência da República, o Comandante da Zona Militar do Leste fez ver ao Ministro da Guerra a necessidade de terem ambos uma audiência com ele na Clínica São Vicente. O General Denys pensava convencer o Sr. Café Filho a continuar afastado da chefia do Governo até o final do mandato presidencial e a posse do presidente eleito.

A audiência fora marcada para o dia 18 de novembro às 17:00 horas. Entretanto, antecipando-se à chegada do General Denys, o General Lott foi recebido em audiência, sem a presença do Comandante do ZML.

Ao sair, o General Lott informou a este que o Sr. Café Filho estava irredutível em sua disposição de re-assumir o cargo logo que tivesse alta hospitalar.

Na ocasião, aparentando muita contrariedade, o General Denys comentou, com o seu ajudante-de-ordens, que o General Lott não deve ter sabido argumentar e que, se ele tivesse conversado pessoalmente com o Sr. Café Filho, certamente o teria convencido a não reassumir a chefia do Governo.

Anos mais tarde, em conversa com o Sr. Munhoz da Rocha, eu soube que ele presenciara a referida audiência e que assistira o Ministro da Guerra tentar convencer o Sr. Café Filho a não reassumir a Presidência da República, chegando a dizer-lhe, com último argumento, que o retorno ao cargo não lhe seria bom para a saúde.

Os acontecimentos que deram início às ações que culminariam com o impedimento do Sr. Café Filho, para o exercício do cargo de Presidente da República ocorreram a partir das 15:00 horas do dia 21 de novembro, quando o Comandante da ZML foi informado de que o mesmo teria alta hospitalar ainda naquele dia. O Sr. Café Filho sairia da Clínica São Vicente às 17:00 horas. Primeiramente, iria à sua residência, em Copacabana e, após, seguiria para o Palácio

do Catete, a fim de reassumir a chefia do Governo. A passagem do cargo já estava acertada com o Senador Nereu Ramos.

Ao tomar conhecimento dessas informações, o Comandante da ZML, através de um telefonema, determinou imediatamente ao Comandante do Batalhão de Guardas, Coronel Paulo Queiroz Duarte, que cercasse o Palácio do Catete com a sua unidade e não deixasse entrar ou sair dele quem quer que fosse. Em seguida, também por telefone, deu instruções ao General Justino Alves Bastos para tomar as medidas necessárias, de forma a manter o Sr. Café Filho em sua residência, em Copacabana, impedindo-o de sair do local. Após tomar essas providências, deu conhecimento ao Ministro da Guerra e buscou entendimentos com o Deputado Flores da Cunha, presidente da Câmara, com vistas a obter, do Congresso Nacional, o impedimento do Sr. Café Filho para reassumir a chefia do Governo.

A manutenção do Sr. Café Filho em sua residência, pelas tropas sob o comando do General Justino, teve grande repercussão pública e agitou os meios políticos,

como era de se esperar. A União Democrática Nacional, a UDN, partido majoritário entre os que davam apoio ao governo Café Filho, impetrou um mandado de segurança, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra a atuação do Exército. A fim de examinar, em caráter de urgência, a ação impetrada pela UDN, os Ministros do Superior Tribunal Federal foram convocados para uma sessão extraordinária, na noite desse mesmo dia, 21 de novembro. Entretanto, ainda nessa noite, a referida sessão foi transferida para a tarde do dia seguinte, após, portanto, à sessão do Congresso Nacional que apreciaria a questão do impedimento do Sr. Café Filho, na manhã do dia 22 de novembro.

O Presidente do STF fora aconselhado a fazê-lo, para evitar o constrangimento de a Suprema Corte se ver afrontada diretamente por uma desobediência do Exército. Sabia-se que o Comandante da Zona Militar do Leste e seus comandados estavam irredutíveis na determinação de impedir o Sr. Café Filho de retornar à chefia do Governo.

Na manhã do dia 22 de novembro, um destacamento

do Batalhão de Polícia do Exército, comandado por um oficial superior, foi designado para concentrar-se na Praça Quinze de Novembro, aguardando instruções do Coronel Humberto de Souza Mello. O Capitão Rubens Denys, que o acompanhou, não poderia afirmar, porque lhe disseram na ocasião, que esse *Destacamento* estaria à disposição do Deputado Flores da Cunha, para qualquer eventualidade de emprego durante a votação do impedimento do Sr. Café Filho.

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

A posse de Juscelino Kubitschek

Uma das conseqüências de maior importância do Movimento Militar de Novembro de 1955, no quadro político nacional, foi ter assegurado a posse do presidente eleito, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, ameaçada com a exoneração do Ministro da Guerra, General Lott, que havia manifestado posição contrária às articulações dos partidos que desejavam impugnar as eleições, em virtude de o vencedor não ter obtido maioria absoluta de votos.

Ultrapassada a oportunidade de fazer prevalecer legalmente a tese da maioria absoluta, aqueles partidos passaram a buscar uma outra forma de impedir a diplomação e posse do presidente eleito. Nesse sentido, destacou-se a reunião de Araxá, MG, realizada a 3 de novembro, na qual estiveram presentes quase todos os ministros do governo Café Filho, inclusive os militares, à exceção do Ministro da Guerra, General Lott. Essa reunião, de grande repercussão política, ocorrida, portanto, logo após o discurso do Coronel Mamede do dia primeiro, veio acentuar a dissidência do General Lott em relação às posições políticas de seus colegas de ministério. Dessa forma, a sua permanência no cargo de Ministro da Guerra se fazia inconveniente para os prováveis projetos daqueles que visavam a impedir a posse de Juscelino.

Na época, foi muito comentado, pela mídia, que os acontecimentos militares de novembro de 1955 resultaram *no retorno aos quadros constitucionais vigentes*, ao assegurar a posse do presidente eleito.

O Exército e a manutenção da ordem institucional

Outra conseqüência importante, foi a posição de destaque que o Exército assumiu no cenário político-militar. A partir de então, a Força Terrestre, no cumprimento de sua destinação constitucional, exerceria papel preponderante nas questões internas de garantia da lei e da ordem institucional.

Foi o Exército o grande instrumento de estabilidade do governo Juscelino, debelando as várias insurreições surgidas, entre as quais se destacaram: Jacareacanga, de 11 a 29 de fevereiro de 1956, liderada pelos então Major Aviador Haroldo de Coimbra Veloso e Capitão Aviador José Chaves Lamarão; Aragarças, de 2 a 4 de dezembro de 1959, lideradas pelo então Tenente-Coronel Aviador João Paulo Moreira Burnier e Capitão Tarcísio, do Exército.

Nos dias de hoje, Juscelino Kubitschek é muito bem lembrado pelo surto de desenvolvimento e pelo clima de liberdade e de ordem democrática que proporcionou ao País. É preciso quando isso ocorrer, fazer-s

também a devida justiça à Força Terrestre que, no cumprimento de sua missão constitucional, foi a grande fiadora da estabilidade do seu governo, ajudando-o a conter ou inibir ações radicais da direita e da esquerda, com firmeza e sem excessos.

As confrontações políticas e suas repercussões nas Forças Armadas

As dissensões internas de caráter político ideológico, no seio dos quadros do Exército se acirraram com o final da Segunda Guerra Mundial, o regresso da Força Expedicionária Brasileira, o fim do Estado Novo e a redemocratização do País.

A União Soviética, sendo uma das potências vencedoras da guerra contra o nazifacismo e integrante do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), assumiu posição de relevo no contexto mundial. A exportação da ideologia marxista-leninista, através do PCUS, que já se fazia desde o início da revolução de 1917, passou a ser um objetivo imperialista. Iniciava-se a *Guerra Fria*, dividindo o mundo entre Ocidente e Oriente, que somente cessou com a queda

do Muro de Berlim e com dissolução da União Soviética. Os oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira, por sua vez, ao combater nos campos-de-batalha da Itália, tiveram ao seu lado os *partisanos* (comunistas) que lutavam contra os mesmos inimigos para libertar sua pátria do jugo nazifacista. E, ao retornar, trouxeram, juntamente com as idéias do restabelecimento das liberdades democráticas no País, um certo sentimento de admiração e simpatia pelos companheiros de luta – os *partisanos*.

Dessa forma, com a democratização do País e a legalização do PCB, o número de comunistas e dos seus simpatizantes cresceu rapidamente dentro da sociedade brasileira. As Forças Armadas também não ficaram imunes a esse crescimento. Com o início da Guerra Fria e a passagem do PCB para a ilegalidade, as disputas ideológicas aumentaram, acirrando a confrontação interna entre democratas e comunistas no seio delas. Lembro-me, ainda, da intensa panfletagem e da pregação marxista nas casernas da Região Sul, quase sempre mascarada por idéias nacionalistas e antiamericanas.

O movimento militar de novembro de 55, ocorrido no auge da Guerra Fria, caracterizou-se por um clima de grande dissensão no seio das Forças Armadas, e mais particularmente no do Exército, provocado pelo confronto de correntes políticas partidárias de várias naturezas.

Duas delas poderiam ser bem definidas: a dos simpatizantes do getulismo e dos partidos que se sustentavam nas idéias de Getúlio Vargas e a do antigetulismo, dos partidos contrários as idéias do recém-falecido político.

Os comunistas e seus simpatizantes tinham guardida e atuavam politicamente na primeira das correntes citadas. E foi esse grupo, por ser muito atuante, que acabou empunhando a bandeira do referido movimento militar de novembro de 1955, a fim de usá-la para os seus desígnios políticos. Para tanto acercou-se do General Lott envolvendo-o, inicialmente, através do movimento denominado *Frente de Novembro*, do Coronel Canabarro Lucas, do qual aceitou uma espada de ouro no final de 1956. Isso trouxe grande constrangimento para aqueles que participaram das ações de 1955.

A partir da entrega da espada de ouro, houve um certo estremecimento nas relações entre o General Denys e o General Lott, que foi se agravando à medida em que este se cercava mais de conhecidos militantes comunistas e aquele tinha de aumentar a atenção e os esforços para impedir a entrada desses militantes ou de seus simpatizantes nas unidades do I Exército. Em certa ocasião, ocorrera a nomeação do Coronel Tácito Lívio Reis de Freitas para o comando do 2º Regimento de Infantaria, na Vila Militar. O General Denys teve de se empenhar para que fosse tornada sem efeito. O ministro retificou-a e o referido militar foi comandar um dos regimentos do Vale do Paraíba.

Dessa forma, para muitos o movimento de 55 ficou sendo um movimento militar de esquerda, contrariamente ao que representavam as posições político-ideológicas dos responsáveis por sua deflagração que, embora se situassem na corrente getulista, eram anticomunistas tradicionais e se consideravam democratas conservadores.

O General Denys situava-se na primeira corrente.

Tenente revolucionário de 1922, em consequência do que ficou preso 6 (seis) anos, a maioria no Presídio da Ilha Grande, onde contraiu malária por duas vezes, quase vindo a falecer da segunda vez. Por isso, considerava a Revolução de 1930 como tendo sido o seu ideal revolucionário, a qual sempre reconheceu pela oportunidade que deu para o seu retorno ao Exército. Por outro lado, admirava Getúlio Vargas e o seu governo, pelos benefícios que trouxe para o País e para as Forças Armadas, até então muito desprestigiadas. Em outubro de 1945, como Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, foi contra o golpe militar que destruiu Vargas. Em agosto de 1954, como Comandante da Zona Militar do Leste, procurou, através do General Caiado de Castro, convencer o Presidente Vargas a resistir às pressões político-militares e não renunciar à chefia do Governo, no que não teve sucesso. Por sua vez, sua ação de comando estava neutralizada pela do Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, que conduzia as ações políticas, em nome do Exército, na Guarnição da Capital Federal. Entretanto,

era também veementemente contrário aos grupos comunistas marxista-leninistas dentre os quais despontavam como líderes Luiz Carlos Prestes e outros seus ex-companheiros da revolução de 1922, que já possuíam inúmeros seguidores nas Forças Armadas, principalmente no Exército.

O Marechal Denys, em 1930, juntamente com outros trinta e um companheiros revolucionários de 1922 e 1924, fizeram publicar no jornal *Correio da Manhã* uma declaração conjunta de repúdio ao ex-companheiro de revoluções, Luiz Carlos Prestes, e às suas idéias marxistas. Desse manifesto não constaram os nomes dos ex-companheiros da Coluna, muitos dos que mais tarde se colocaram na liderança da luta contra o getulismo.

As raízes do acontecimento de agosto de 1961 e do movimento de 31 de março de 1964

Em face dos acontecimentos militares de novembro de 1955 e do papel preponderante assumido pelo Exército nas questões internas do País durante o governo de Juscelino, surgiram novas lideranças mili-

tares que se destacaram e influenciaram no panorama político nacional. Entre elas, situam-se as dos Generais Lott e Denys.

A saída do Marechal Lott da Pasta da Guerra, em fevereiro de 1959, para candidatar-se às eleições presidenciais, afastou-o da direção das questões do Exército. Com isso, o grupo comuno-nacionalista perdeu o amparo e, portanto, a influência que exercia na política ministerial.

O Marechal Denys, que o substituiu no cargo de ministro, tinha plena consciência da divisão interna no seio do Exército, em consequência dos acontecimentos militares de novembro de 1955. Assim, ao assumir a Pasta da Guerra, em ano eleitoral que prometia ser turbulento, e antevendo as ameaças ao regime democrático, em consequência das investidas bem-sucedidas das esquerdas radicais, considerou ser fundamental pacificar os ânimos e acabar com as dissensões internas entre os verdadeiros democratas, de forma a preparar a Força Terrestre para suportar os embates em defesa da democracia, como se vislumbrava.

Como primeiro passo nesse sentido, propôs ao Presidente Juscelino a pro-

moção do Coronel Mamede a general-de-brigada. E, ao fazê-lo, o Presidente chegou a lhe indagar se não haveria risco de reações internas no Exército. Em resposta, o Marechal Denys disse-lhe que a referida promoção seria bem recebida e se fazia necessária para iniciar uma pacificação dos espíritos no seio dos quadros militares.

Essa política, visando à pacificação no âmbito da Força Terrestre, foi acompanhada de certa vigilância sobre os conhecidos militares comuno-nacionalistas, que tiveram o espaço e a influência reduzidos.

Assim, o Exército se preparou para os embates de agosto de 1961, sob a liderança do Marechal Denys, que conseguiu, juntamente com o Almirante Sylvio Heckel e Tenente-Brigadeiro Gabriel Grum Moss, respectivamente, Ministros da Marinha e da Aeronáutica, unir as Forças Armadas na luta contra o comunismo.

Essa união possibilitou o sucesso da Revolução de 31 de Março de 1964.

CONCLUSÕES

Em face do exposto, podemos ressaltar os seguintes aspectos:

- o movimento militar de novembro de 1955 foi realizado em duas fases: o impedimento do Deputado Carlos Luz, em 11 de novembro, e a deposição do Sr. Café Filho, em 22 de novembro.

No primeiro, o motivo foi a demissão do Ministro da Guerra nas circunstâncias como ela ocorreu. No segundo, por haver um evidente comprometimento do Sr. Café Filho com os fatos que levaram ao seu desencadeamento. A sua volta à chefia do Governo, certamente, implicaria no retorno ao quadro político em vigor anteriormente, com a consequente anulação dos resultados da primeira fase. E, com isso, os generais que deflagraram o referido movimento não poderiam concordar;

- a decisão para realizá-la foi tomada por uma parcela de oficiais-generais do Exército, no âmbito da estrutura de comando da Zona Militar do Leste, tendo à frente o seu comandante;

- o motivo que levou ao seu desencadeamento foi o de desagrar o Exército, atingido com a exoneração do seu ministro, nas circunstâncias como ela ocorrera, e de fazer acatar o

princípio da disciplina e da hierarquia que estava sendo ferido com o propósito de atender a uma manobra política. O Coronel Mamede foi punido com 10 dias de prisão e, anos depois, em 1960, foi promovido a oficial-general, chegando a general-de-exército;

- a presença do comandante da Zona Militar do Centro, na referida reunião, e a solidariedade do General Lott, hipotecada em seguida à decisão tomada, deram imediatamente amplitude nacional ao movimento militar desencadeado;

- as operações militares da 1ª fase obedeceram a um planejamento realizado para fazer face a hipóteses de ações adversas na região do Rio de Janeiro, ainda Capital Federal;

- o planejamento, antecipado e atualizado, facilitou o desencadeamento das ações, com rapidez e segurança, inibindo reações adversas e possibilitando atingir os seus objetivos de pronto e sem baixas;

- a rapidez na tomada da decisão no âmbito da estrutura de um comando de área e a presteza na execução das ações conseqüentes abortou, na origem, possíveis quarteladas contra o Governo;

- o Comandante da Zona Militar do Leste, percebendo que se deslumbrava a eclosão de uma grave crise político-militar, ao tomar conhecimento do desenrolar dos acontecimentos pelos noticiários, resolveu determinar a entrada em prontidão para as unidades de São Cristóvão

e da Tijuca. Dessa forma, assegurava o controle de suas tropas desde cedo, mostrando-lhes estar atento aos acontecimentos e fazendo-as sentir uma decidida ação de comando;

- o Exército assumiu posição de destaque no cenário político-militar, a partir de então, passando a exercer papel preponderante nas questões internas, no cumprimento de sua destinação constitucional de afiançador da lei e da ordem institucional;

- o Sr. Juscelino Kubitschek, candidato eleito, foi diplomado e empossado Presidente da República e o Exército foi o grande instrumento de estabilidade do seu governo desenvolvimentista e de liberal ordem democrática.

... convém que se saiba que o comandante das tropas é o árbitro do destino do povo, o homem de quem depende haver paz ou perigo para a nação.

Sun Tzu